

Abordagens e influências teóricas na classificação de documentos de arquivo no Brasil ao longo do século XX

Paulo José Viana de Alencar

Mestre; Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil;
palencar@id.uff.br; <https://orcid.org/0000-0002-3970-2793>

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Doutora; Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil;
clarissaschmidt@id.uff.br; <https://orcid.org/0000-0003-1555-4594>

Resumo: O propósito deste artigo foi analisar os fundamentos teóricos e metodológicos da classificação de documentos de arquivo a partir de uma perspectiva histórica no Brasil ao longo do século XX. Na medida em que essa função arquivística é continuamente apontada na literatura da área como matricial para o fazer da ciência arquivística, poucas pesquisas se dedicaram a perfilar as grandes transformações nas abordagens e influências teóricas que guiaram sua prática no Brasil durante o período. Desta forma, nossa pergunta de partida foi: “quais abordagens e influências teóricas sobre a classificação de documentos de arquivo no Brasil ao longo do século XX?”. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa então se reconheceu a importância da classificação não somente para fins organizativos imediatos, mas também como variável central para a apreensão das transformações teóricas que sofreu o trabalho nos arquivos. Procedeu-se à pesquisa bibliográfica de obras brasileiras ou estrangeiras que circularam no Brasil e abordaram a classificação de documentos de arquivo, das quais se perceberam influências teóricas da disciplina de Organização e Métodos, Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Diplomática. Os resultados sugerem a existência de quatro grandes abordagens nesse cenário. Uma primeira fortemente influenciada pela relação de sinonímia de classificação com o arquivamento, uma segunda com maior influência documentalista, a terceira com indícios de penetração da teoria arquivística, e uma quarta abordagem inclinada à análise tipológica e à Diplomática, consonantes à Arquivologia.

Palavras-chave: Arquivologia; História da arquivologia; Pensamento arquivístico; Classificação em arquivos; Classificação de documentos de arquivo

1 Introdução

Pensar a classificação na Arquivologia alude a três sentidos próximos, mas distintos entre si, como nos lembram alguns teóricos da tradição arquivística francesa. Um primeiro sentido diz respeito a uma operação intelectual de pôr em ordem uma grande massa de documentos, já uma segunda acepção pode indicar a separação de diferentes fundos pela natureza institucional consubstanciada nos mesmos, e por fim, uma terceira perspectiva pode sugerir uma intervenção física em um conjunto de documentos (MADY; PÉROTIN; RIGAUULT, 1991).

Para além dos dois últimos significados, a centralidade da classificação enquanto função intelectual do saber arquivístico se referendou internacionalmente em práticas nos arquivos públicos europeus que datam de meados do século XVIII, manifestou-se teoricamente fundamentada nos manuais da área a partir do século XIX sob o arcabouço do princípio da proveniência, e chegou ao final do século XX como a “operação arquivística mais importante”, representando a “essência da disciplina arquivística em seu conjunto” nas palavras de Martín-Pozuelo Campillos (1996, p. 50, tradução nossa).

A força desta representação disciplinar, fruto da aquisição de conhecimento analítico sobre as razões pelas quais os documentos são produzidos (SCHELLENBERG, 1980), contudo, não se encerra na lida rotineira dos arquivistas com as necessidades prementes do acesso e uso dos arquivos, como demonstrou Adolf Brenneke.

O arquivista alemão adotou as transformações nos princípios e metodologias de classificação como matrizes para a apreensão da “história da teoria arquivística e da Arquivologia” na peculiar paisagem político-administrativa germânica dos séculos XVI ao XX (BRENNEKE, 1968, p. 69, tradução nossa).

Em que pese a não aplicabilidade integral da periodização proposta por Brenneke no desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, ainda podemos nos valer desta abordagem para a compreensão de importantes transições na ciência arquivística em nosso país.

Favorece-nos um cenário no qual se fizeram presentes na literatura da área uma série de pesquisas sobre a História dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, das quais podemos citar como exemplos os estudos de Estevão e Fonseca (2010), Gomes (2011), Santos (2012, 2018), Venancio (2013) e Marques (2019).

É ponto comum em algumas das pesquisas acima mencionadas o uso do conceito de institucionalização, que conforme sugerem Parlemiti e Polity (2002), materializa-se em uma dimensão social no que se refere à criação e manutenção de estruturas formais em uma comunidade científica, imprimindo-lhe uma identidade social difusa em associações profissionais, científicas, universidades e programas de pesquisas. Por outro lado, também compõe este quadro de institucionalização uma dimensão cognitiva, que diz respeito ao “[...] grau de consenso e clareza de conceitos, à relevância dos problemas apresentados, às formulações utilizadas” (PARLEMITI; POLITY, 2002, p.95, tradução nossa).

Assim, apreender essas variáveis no estudo das transformações sobre o que é a classificação de documentos de arquivo, quais são seus fundamentos, metodologias e funções, desenha-se como uma possibilidade de obter um panorama retrospectivo sobre a consolidação cognitiva da Arquivologia face a outras disciplinas que versavam sobre a matéria, bem como produz uma cartografia da heterogeneidade do pensamento arquivístico.

Em relação a dimensão social da institucionalização da Arquivologia, pode-se afirmar que, no Brasil, grande parte consolida-se na segunda metade do século XX. Primeiramente a partir dos esforços da gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964) no Arquivo Nacional (AN) pela vinda de especialistas estrangeiros; pela instalação do Curso Permanente em Arquivos (CPA) e, posteriormente, através da luta pela concessão do nível universitário aos cursos de arquivo; na criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB); na instituição da Lei no 6.546 de 1978, que regulamentou o exercício da profissão; e no compasso do ambicioso projeto de modernização do AN por Celina Vargas do Amaral Peixoto (1980-1990) (GOMES, 2011; SANTOS, 2012).

Assim, o objetivo deste trabalho é aprofundar estudos sobre a trajetória dos métodos e teorias que fundamentaram a classificação de documentos de

arquivo no Brasil no século XX. A partir desta investigação se pretende contribuir para uma percepção histórico-didática da classificação no século XX no Brasil, desta forma não se objetiva refletir sobre as transformações recentes dessa função arquivística e sim sistematizar o seu percurso pregresso.

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, na qual apresentamos e discutimos as principais abordagens e influências teóricas endógenas e exógenas à ciência arquivística sobre classificação de documentos de arquivo ao longo do século XX através principalmente de pesquisa bibliográfica.

Ressalta-se que os limites da produção de um artigo nos impuseram a necessidade de recortar os resultados da pesquisa bibliográfica de modo que, em virtude disto, optou-se por considerar na redação final do texto apenas as obras mais eloquentes sobre seus respectivos contextos histórico e teórico. Assim, tornou-se possível desenhar um quadro com as principais características de tais contextos.

Como recurso metodológico estabelecemos uma nomeação e uma periodização para as abordagens estudadas. Porém, cumpre informar que tal estruturação não deve ser vista como uma proposta estanque, e sim como recurso ilustrativo para uma compreensão didática do universo estudado. Assim, esta caracterização e os períodos que seguem, então, dizem respeito apenas ao *corpus* bibliográfico levantado, devendo-se levar em conta que as transformações nos processos cognitivos e seus produtos muitas vezes escapam de um enquadramento rígido e, muitas vezes, coexistem com outras abordagens.

2 Abordagens com influência intuitiva e pragmática

A cidade de São Paulo da década de 1930, no bojo de uma intensificação no processo de industrialização e às vésperas da Revolução de 1932, é o cenário no qual Ernani Macedo de Carvalho (1931) pontua a recorrência da busca infrutífera por documentos em empresas comerciais da época, fato que deu origem ao seu *Manual de classificação e arquivamento de papéis e documentos comerciais e civis*. Assim, o autor vislumbrou que sua obra era necessária para que se fizessem “[...] arquivistas competentes e capazes de organizar [...] e

ter a seu cargo, - esse importantíssimo trabalho de classificar e ordenar papéis comerciais” (CARVALHO, 1931, p. 12).

Carvalho (1931) se fundamenta nas prerrogativas do Código Comercial de sua época, que só reconhecia a legalidade de negócios firmados em documentos específicos, tais como: escrituras públicas e privadas; notas dos corretores; entre outros, para então salientar que “[...] é coisa sobremodo precisa, absolutamente indispensável, que a correspondência comercial e documentos correlativos [...] sejam classificados e arquivados cuidadosamente” (CARVALHO, 1931, p. 20).

Para tanto, estipula o autor, fazem-se necessários dois passos: a escolha do sistema de arquivamento, isto é, a escolha do mobiliário adequado e a escolha do método. Neste último aspecto, Carvalho (1931) elenca a existência de cinco métodos, quais sejam: numérico; alfabético-numérico; específico; decimal e geográfico. Destes, é interessante observar algumas nuances sobre os métodos específico e decimal.

O método específico, argumenta Carvalho (1931, p. 113-114), consistirá em “[...] agrupar toda a correspondência e documentos relativos a um determinado assumpto em uma pasta individual”, e assim exemplifica o autor: na “[...] compra de um auto-caminhão, toda a correspondência e documentação referente a essa compra será classificada em absoluta ordem alfabética e arquivada numa pasta especial, em cuja projecção inscrevemos a legenda: - AUTO CAMINHÃO”.

Já o método decimal, prossegue Carvalho (1931), será uma adaptação, para o universo administrativo, da classificação bibliográfica elaborada por Melvil Dewey em 1873 e amplamente divulgada pelo Instituto Internacional de Bibliografia posteriormente, assim, deve-se elaborar um “Índice das grandes ordens” a priori da análise dos documentos onde serão formuladas as grandes classes do esquema (0 a 9), e sob essas classes, então, serão desdobrados os assuntos dos documentos.

Na esfera pública, Pandiá H. Tautphoeus Castello Branco (1937), arquivista do Arquivo Nacional durante o período de comemoração de seu primeiro centenário, assinalou que a primeira tentativa de classificação dos

fundos, séries e coleções custodiados pela instituição, remontam à época de transição entre os sistemas de governo monárquico e republicano.

É a gestão de Joaquim Pires Machado Portela (1873-1898), de acordo com Castello Branco (1937), que convencionou a nomeação das seções como Legislativa, Administrativa, Histórica e Judiciária. Nesse sentido, Estevão e Fonseca (2010) observam uma influência francesa na decisão de Machado Portela, que equipara a classificação das seções com aquela adotada pelo Archives Nationales à época.

Pode-se afirmar que ocorria algum diálogo entre os atores dedicados à instrumentalização da classificação no período estudado. O *Manual Prático e Teórico do Arquivista* assinado por Álvaro Tavares (1944), chefe do Departamento Técnico de móveis de aço da Casa Edison, foi prefaciado pelo mesmo Pandiá Castello Branco a quem nos referimos anteriormente. Castello Branco atribui um mérito “patriótico” à obra de Álvaro Tavares, uma vez que dedica atenção a algumas especificidades do contexto do serviço público federal.

Tavares (1944, p. 15) ressalta a criação da carreira de arquivista no serviço público pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) como marco decisivo pela valorização da “arte do arquivamento”. Entretanto, continua avaliando o autor, ocorre uma “[...] deficiência de material didático capaz de orientar àqueles desejosos de ingressar na nova carreira ou de obter conhecimentos sobre o assunto”, e assim, pretende o autor contribuir com a superação dessa lacuna.

Seu manual é dividido em três partes: duas seções dedicadas à exposição dos tipos de móveis e pastas mais adequadas para o arquivamento, e ainda um segmento que versa sobre a organização, isto é, sobre o lugar institucional onde se procede à classificação dos documentos, bem como sobre os métodos de arquivamento. Nesta última, Tavares (1944, p. 134) pontua a relevância da leitura das obras de Taylor, Ford e Fayol para a compreensão dos “[...] fenômenos em curso, principalmente em nossos setores administrativos”. Diante disto, o autor resume as principais competências dos serviços de comunicação e protocolo a partir das circulares expedidas pelo DASP.

A partir do que dispõe Tavares (1944, p. 134-156), constata-se que a implantação de serviços de comunicação no serviço público federal pretendia lidar com o recebimento e distribuição da correspondência recebida por órgãos públicos. Esses serviços, de acordo com o autor, classificavam o sigilo e os assuntos dos documentos. Por outro lado, o serviço de protocolo se dedicava comumente aos documentos recebidos por “partes externas” ao órgão e também classificavam os assuntos dos documentos.

Na mesma época também circulava no Brasil o *Tratado de clasificación y archivo* de autoria de Jaime Vicens Carrió (1946), professor da *Escuela de Secretarias Comerciales* da Espanha. Em abordagem semelhante à Tavares (1944), Vicens Carrió (1946) discorre longamente sobre o mobiliário mais adequado para o arquivamento dos documentos, bem como sobre uma série de métodos de arquivamento. Vale destacar que a aplicação do método decimal de Dewey para Vicens Carrió (1946, p. 146), apenas se justificaria quando utilizado em material bibliográfico de referência. Ainda assim, na opinião do autor, pode-se ter a necessidade de classificar os documentos “nominalmente”, isto é, por assuntos que são sugeridos previamente e então confrontados com os documentos rotineiros de uma repartição.

Outra obra estrangeira que repercutiu no Brasil neste período, *Elementos de Arquivologia e de Classificação*, foi elaborada pelo professor português Mario Gonçalves Vianna (1948). Na periodização proposta, e face às obras anteriormente analisadas, Vianna (1948) é o primeiro a se referir a Arquivologia como ciência, definindo-a como:

[...] um conjunto metódico de **práticas destinadas a classificarem**, ordenarem e conservarem todos os documentos que se torne necessário guardar, e que sejam susceptíveis de beneficiarem quaisquer atividades fecundas ou investigadoras (VIANNA, 1948, p. 7, grifo nosso).

Em que pese certo ineditismo na proposta, Vianna (1948) não articula esta definição com o pensamento de outros teóricos da Arquivologia à época, bem como ressalta um caráter pragmático do que compreende como ciência arquivística. Diferente dos outros títulos analisados até agora, o autor português privilegia ao longo de sua obra o retrato da rotina de trabalho dentro de um

arquivo, pontuando o que considera como melhores métodos e práticas para a entrada, arquivamento, empréstimo e inutilização de documentos.

Além disso, é possível termos uma pista das influências teóricas do autor quando este se propõe a definir o que é documento. Nesse intuito, Vianna (1948, p. 93) se baseia em *La technique du classement – La Science de la Classicologie* de Thérèse Leroy, publicada em 1945 e parte integrante da coleção Taylorisme & Rendement da editora Guy de La Prat.

A obra de Leroy (1945), que argumenta pela existência de uma ciência “Classicológica”, evidencia alguma incorporação de preceitos tayloristas à Documentação francesa, assim como deixa clara a pretensão de abarcar a prática da classificação de arquivos e documentos de arquivo nesta disciplina.

Vianna (1948, p. 95) concorda com o agrupamento dos documentos sugerido por Leroy (1945) no que se refere a sua origem: como naturais, isto é, aqueles que existem “por força da sua própria atividade”, tais como contratos e correspondências, bem como artificiais, ou seja, são os “[...] extractos, transcrições, rubricas ou símbolos inspirados nos documentos naturais” como por exemplo livros de registro de entrada, fichas e outros.

Podemos apontar como uma característica marcante desta abordagem a noção quase sinonímia entre classificação¹ e arquivamento², e, em função disto, ocorre uma supervalorização do mobiliário “mais adequado” para tal.

Já as nuances mais próximas do atual entendimento da classificação enquanto operação de alguma natureza intelectual, se dão quando Castello Branco (1937), ao apresentar subsídios para uma história do Arquivo Nacional do Brasil durante seus cem primeiros anos de existência, aproxima do conceito de classificação arquivística às noções de níveis de arranjo, bem como quando Carvalho (1931) e Tavares (1944) discorrem sobre o “método específico” e o “método decimal”, que nos parecem lastros da prática de formação de dossiês no primeiro caso, e no segundo caso, da classificação decimal por assuntos ainda muito praticada atualmente.

Ademais, embora ocorra uma referência à Arquivologia em Vianna (1948), esta citação ocorre sem referências aos princípios e metodologias da arquivística, o que esvazia em grande medida essa menção de conteúdo teórico.

Neste compasso, tornam-se mais perceptíveis neste período/abordagem, as influências teóricas da Administração, Biblioteconomia e Documentação na classificação de documentos de arquivo, que posteriormente iriam adquirir mais elementos cognitivos de consolidação.

3 Abordagens com influências documentalista e administrativa

Se a atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi marcante para a concepção da carreira de arquivista no serviço público e, conseqüentemente para a difusão de material didático e instrutivo sobre as práticas de arquivamento, comumente denominadas também como classificação, a reforma administrativa empreendida pelo departamento tomaria fundamentos disciplinares diversos para a normatização dos métodos de trabalho com os arquivos.

Os campos da Biblioteconomia e Documentação detiveram espaços privilegiados nesse cenário. Com o ensino profissional da Biblioteconomia, no Brasil, estabelecido desde o início do século XX, a institucionalização desta área também encontrou um importante ator na Biblioteca do DASP, que sob a chefia de Lydia Sambaquy se destacaria pela abertura do acervo ao público em geral, bem como pelo Serviço de Intercâmbio e Catalogação (SIC) (SANTOS, 2018).

Uma parte importante disto talvez seja perceptível na difusão da Documentação na administração pública brasileira. A disciplina científica idealizada pelos juristas belgas Paul Otlet e Henri de La Fontaine entre o final do século XIX e começo do XX, foi propulsionada, no Brasil, pelo Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), cujas técnicas de representação da informação arrimaram as práticas científicas em transformação à época (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2016).

No Brasil a Documentação foi impulsionada durante a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva (1900-1924) na Biblioteca Nacional (BN), responsável pela interlocução da BN com o IIB (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2016). Contudo, é notável o fato de que em fins do Estado Novo (1937-1945) iriam efervescer menções à “Documentação administrativa” na Revista do

Serviço Público (RSP), principal meio de comunicação da administração pública naquele momento.

Em um editorial assinado pelo então presidente do DASP, Luiz Simões Lopes (1943), encontramos menções sobre uma mudança nas funções e no próprio conceito de Estado, que agora deveria se “pôr ao alcance dos diferentes grupos as conquistas da ciência” (LOPES, 1943), propósito este que seria atingido pela divulgação de informações autorizadas, razões que justificavam a existência do Serviço de Documentação e da RSP do DASP, na opinião de Lopes.

Apesar da ênfase na interface da Documentação administrativa com a divulgação do conhecimento científico, e menos com o trabalho de classificação dos documentos, alguns anos depois o artigo de Aluizio Xavier Moreira (1950) nos sinalizaria a apreensão de mais princípios da disciplina de Otlet na administração pública brasileira.

Moreira (1950, p. 64) concorda com a definição otletiana de documentação como “todos os instrumentos capazes de informar”, dentre os quais se incluem os documentos oficiais, isto é, os documentos de arquivo. Com esses pressupostos, Moreira (1950) antepõe que a capacidade informativa desses instrumentos depende que a documentação seja “racionalmente organizada” para o uso cotidiano da administração.

A construção desta racionalidade transpareceria na concepção dos serviços de Documentação criados nos ministérios, inspirados no modelo do DASP, como sugere a pesquisa de Beatriz Wahrlich³. A autora (WAHRLICH, 1958) foi instigada, durante a reunião anual de 1958, do Instituto Internacional de Ciência Administrativas, realizada sob a forma de "Mesa Redonda", em Liège, Bélgica, a retratar os processos de informação na administração pública federal brasileira a partir de uma proposta de agenda de pesquisas.

Neste intuito, a pesquisadora brasileira constatou a presença de serviços de Documentação nos ministérios pesquisados além da unidade do DASP. As incumbências previstas a esses serviços comumente previam que os órgãos executassem “a coleta e sistematização de documentos” e auxiliassem no uso dos documentos, no sentido lato do termo, em processos decisórios. Contudo,

Wahrlich (1958) critica que grande parte desses serviços de Documentação, na prática, atuavam muito mais como setores de informação e publicidade para o público em geral do que propriamente para a administração.

O comentário de Wahrlich corrobora com a observação feita por José Honório Rodrigues (1959), que ao diagnosticar a situação política e institucional do AN na época, enxerga poucas contribuições dos serviços de Documentação na organização dos arquivos ministeriais até o final da década de 1950.

Entretanto, o fato de os documentos do poder executivo federal não serem recolhidos com frequência ao AN em períodos anteriores à gestão de Rodrigues (1959), nos permite supor que algum tipo de tratamento era dado a estes conjuntos, provavelmente alinhado à teorização manifestada na RSP.

Vale ressaltar, como nos lembra Santos (2018), que a profissão arquivística se encontrava fragmentada em dois cargos no serviço público: o de arquivologista e arquivista, onde o primeiro seria encarregado do planejamento dos arquivos e atingia ao posto após prestar concurso que exigia certa erudição histórica, e ao segundo seriam facultados os serviços técnicos de arquivamento e conservação. Percebe-se, de acordo com Santos (2018), que tal fragmentação se desenvolveu em um panorama de fragilidade na institucionalização cognitiva da Arquivologia, onde os processos seletivos privilegiavam de uma forma geral conteúdos mais técnicos do que conceituais.

Este cenário de instabilidade na definição do escopo da profissão arquivística no serviço público talvez tenha oferecido as condições necessárias para que outras profissões se imbuíssem da organização dos arquivos setoriais. Paralelos aos esforços do DASP pela racionalização na organização do trabalho no âmbito governamental, a partir de 1944 a Fundação Getúlio Vargas (FGV) também empreenderia esforços nesse sentido, ainda que se constituísse como fundação de direito privado (SANTOS, 2018).

A Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac), uma das unidades acadêmicas da FGV criada em 1952 organizou no ano seguinte um curso com o especialista em Organização e Métodos das Nações Unidas, Harry Miller, que foi compilado e expandido posteriormente (MILLER, 1955).

Apesar do cunho prático da obra, Miller (1955) esclarece que a origem da área de O&M como subcampo dentro das ciências administrativas se deu, por um lado, no campo teórico, através de equívocos nas traduções do pensamento de Taylor, e, por outro lado, no campo empírico pela necessidade de racionalização dos métodos de trabalho de organizações públicas e privadas independente da natureza do trabalho em questão, o que conseqüentemente, englobou o trabalho nos arquivos setoriais.

“O arquivo é um serviço especializado”, pontua Miller (1955, p. 205), que advogando pela atuação do analista de O&M no planejamento do trabalho técnico no setor, sugere como primeiro passo neste sentido a classificação dos documentos de uma organização.

Para tanto, de acordo com o autor, pode-se classificar os documentos por “assunto, nome e data” (MILLER, 1955, p. 206), onde podemos inferir alguma apropriação da classificação bibliográfica, que entretanto, agora revela um olhar mais cauteloso nessa assimilação. O professor norte-americano não aceita a ideia de um plano de classificação universal e definitivo para o que se propõe a classificar, e tampouco uma classificação construída a partir dos domínios do conhecimento humano, como o sistema decimal de Dewey, mas sim uma que apenas envolva “os assuntos da organização”, cujo propósito final é recuperar informações nos documentos.

Outra obra estrangeira que segue a mesma linha teórica de Miller (1955) e esteve presente no Brasil é *Como organizar o arquivo*, uma tradução portuguesa da publicação do italiano Giuseppe Continolo (1975). O autor aprofunda a perspectiva de Miller do arquivo enquanto serviço especializado na organização, para então sugerir a necessidade de um plano de arquivo, onde se determinará, por exemplo, o tipo de material a ser arquivado, quando Continolo lista uma série de espécies documentais.

Tratando-se de classificação, o pensamento de Continolo (1975) a aproxima da ideia de arquivamento, onde sua noção de sistema de classificação acompanha os métodos de arquivamento elucidados na abordagem anterior: alfabético, geográfico, numérico, por assunto e cronológico, admitindo ainda a criação de miscelâneas para os negócios com “clientela ocasional”

(CONTINOLO, 1975, p. 50). Ao mencionar a classificação decimal de Dewey, o autor concorda com Miller (1955) quanto ao prejuízo do seu uso a priori, sem a análise dos documentos da instituição em questão.

É interessante observar que quando veio a público a primeira edição da obra de Continolo (1975) em 1964, Elio Lodolini, proeminente teórico da Arquivologia italiana, elaborou uma resenha sobre as reflexões tecidas por Continolo. “Um texto sob muitos aspectos desconcertante”, destaca Lodolini (1964, p. IX), ressaltando que o autor da obra analisada adota uma perspectiva administrativa pragmática diferente daquela estabelecida em instituições arquivísticas. Considerando esta diferença, Lodolini (1964) sugere que a parte da obra de seu conterrâneo dedicada à classificação deixou de considerar a relação entre atividades e estruturas dentro do sujeito produtor para a proposição de um esquema de classificação adequado.

Sob as influências da Documentação e da disciplina de O&M, a classificação de documentos de arquivo ainda permaneceria aludindo uma equivalência entre a classificação e o arquivamento, todavia, sob as tensões históricas da época, a necessidade de racionalização do trabalho na administração pública pode ter condicionado uma percepção mais cautelosa na apropriação de sistemas de classificação bibliográfica apriorísticos e baseados em domínios do conhecimento humano. Entretanto, ainda é perceptível a constância do elemento assunto, não obstante à polissemia do termo, como matriz para a construção de planos de classificação.

Paralelo a este cenário, o Arquivo Nacional durante o final da década de 1950 e ao longo da década seguinte, se tornaria um difusor do pensamento arquivístico através da publicação de traduções de autores da área, bem como através do convite à vinda de especialistas franceses e norte-americanos para a análise dos problemas arquivísticos brasileiros. Tais contornos introduziram subsídios cognitivos para uma apreensão da teoria arquivística internacional e sua aplicação no Brasil, o que originou uma abordagem diferente da descrita no presente tópico sobre a classificação de documentos de arquivo.

4 Abordagens com influências da teoria arquivística

Ao assumir a direção do Arquivo Nacional, Rodrigues (1959) constatou a falta de pessoal preparado para lidar com o novo modelo de instituição arquivística que se propôs a implantar. Na tentativa de transformar esta situação, a partir de uma turma experimental em 1959 e posteriormente durante a existência do CPA, Rodrigues (1959) concebeu um processo formativo a partir da adaptação das tendências norte-americana e europeia na formação de arquivistas, no esforço de equilibrar o tratamento dos documentos acumulados nos setores de trabalho da administração pública, assim como daqueles permanentes mantidos no próprio AN.

Ao observarmos parte do material didático desses cursos, percebemos que o livro-texto de Maria Luiza Stallard Dannemann (1968), responsável pela disciplina Técnica de arquivo, adapta-se à realidade administrativa do serviço público à época, considerando a classificação realizada nos serviços de comunicação.

Assim, a autora lista um conjunto de espécies documentais que comumente seriam recebidas por estes serviços, prestando atenção à classificação do sigilo a partir da natureza do assunto dos documentos. Dannemann (1968) distingue implicitamente os métodos de arquivamento dos sistemas de classificação, onde o primeiro permite o acesso aos documentos dentro das unidades de arquivamento, enquanto o segundo é posto como uma forma de análise geral dos documentos da organização que possibilita o primeiro.

Dissertando sobre esses sistemas de classificação, Dannemann (1968, p. 26) traduz sua execução em termos metodológicos a partir de duas possibilidades: os métodos decimal e duplex. Ao refletir sobre o método decimal, a autora ressalta que não existe uma classificação universal para os documentos administrativos, sugerindo que os arquivistas adaptem a codificação decimal às nove classes “principais” de assuntos de uma instituição.

Já o método duplex, ainda na perspectiva de Dannemann (1968) tem o seu padrão de código modificado para uma sequência de números naturais intercalados por hífen de tal modo que cada código corresponda a uma classe e

suas subdivisões hierárquicas. Independentemente da codificação, em ambos os métodos o elemento que define as classes é o assunto.

Por sua vez, Heloísa de Almeida Prado, bibliotecária do Instituto Mackenzie e professora do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) adota uma perspectiva diferente. Em *A técnica de arquivar* (PRADO, 1974) a autora consolida preceitos divulgados anteriormente no Manual do Arquivista, publicado pela primeira vez em 1961.

Prado (1974) redige seu livro como instrumento do curso técnico de secretariado e, apresentando as diferenças entre as classificações bibliográfica e arquivística assinala que a primeira lida com os assuntos dos documentos, enquanto a segunda é o “[...] agrupamento dos documentos segundo a distribuição que mais convier às funções e à organização da firma a que serve o arquivo” (PRADO, 1974, s.p.).

Os novos ares trazidos pela difusão de uma bibliografia arquivística transparecem na obra de Prado (1974). A autora aponta em sua introdução os conceitos de: arquivo, biblioteca, museu, documento, Arquivologia, Diplomática, Paleografia, Biblioteconomia, Documentação, informação, Informática, entre outros. Prado (1974, p. 14) visualiza uma substituição da Documentação, que em seu ponto de vista também abrangia atividades próprias da Arquivologia, pelo termo “informação”, o que nos parece fruto da penetração da Ciência da Informação como tal no Brasil.

Apesar de arrolar tais definições, os capítulos subsequentes instruem sobre a criação de métodos de arquivamento, onde a autora endossa a não universalidade do plano de arquivamento de um órgão para outro. Dentre os métodos sugeridos, percebe-se uma recorrência dos métodos específico e decimal, já citados a partir de Carvalho (1931), além da proposição da indexação coordenada (PRADO, 1974) como método de arquivamento.

Ao final da obra é notável o fato de que a bibliografia utilizada manifesta um momento de transição de referenciais na institucionalização cognitiva da Arquivologia no Brasil. O texto seminal de Schellenberg (1973) embasou a escrita da autora na mesma medida em que Miller (1955), Continolo (1975) e Tavares (1944), citados anteriormente.

Na medida em que as obras citadas anteriormente revelam a propulsão de uma bibliografia especializada neste período, também é necessário apontar o impacto causado por experiências de organização sistemática de arquivos e, nesse sentido a criação do Sistema de Arquivos da FGV na década de 1960 desponta como um marco de esforços de Marilena Leite Paes e Lourdes da Costa pelo reconhecimento da importância do serviço arquivístico na estrutura da Fundação.

Em entrevista concedida a Santos (2020, p. 18), Marilena Leite Paes rememora a falta de normatização do trâmite e arquivamento de documentos na FGV durante a década de 1950 e atribui a criação do projeto do Sistema de Arquivos à sensibilização feita sobre o tema junto ao diretor da Fundação, Luís Simões Lopes, ex-dirigente do DASP. Paes assinala a importância de uma metodologia de classificação padronizada ao comentar que “[...] primeiro, precisava haver uma harmonia de classificação”, isto é, “[...] tinha que falar a mesma linguagem, trabalhar do mesmo jeito, porque isso um dia iria para um lugar só”.

As influências teóricas para a consolidação do Sistema de Arquivos e para a produção dos instrumentos de gestão, ainda de acordo com Paes no registro feito por Santos (2020, p. 28) são oriundas da bibliografia disponível na época, de cursos de arquivo frequentados por Lourdes da Costa nos EUA e de sua experiência na organização do arquivo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Sobre a escolha metodológica, Paes demonstra ser partidária da opinião de que a adoção do “assunto” como diretriz é equivalente terminologicamente à “função” e também “atividade”, conforme Santos (2020, p. 28) aponta:

Quando a gente fala 'assunto' é a função. Muda o nome, mas na verdade é isso! Quer dizer, você não chega num arquivo corrente: “Ah, eu quero a documentação da função do pessoal eu quero da função...”. “Qual é a função que você quer?”. A pergunta normal é: “Qual é o assunto que você quer?”. Você não pergunta: “Qual é a função?”, não é? “É escala de férias?”. É aquele documento que você fala isso. É claro que está implícito. Dentro de quê? De uma função, de uma atividade pessoal (SANTOS, 2020, p. 28).

O reflexo dessa interpretação de Paes adquire novas proporções após sua saída da FGV. A arquivista carioca foi convidada pelo então diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes (1992-2016) em 1994 a compor o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) em fevereiro de 1994 (SANTOS, 2020).

Neste contexto, Marilena Leite Paes foi encarregada da liderança de diversas iniciativas do Conarq até 2011, tornando-se perceptível a presença de elementos da metodologia por assuntos, adotada na FGV também presente no Código de Classificação do Conselho, como corrobora a perspectiva de Sousa (2006a) que identifica a autora como uma das principais influências na elaboração do Código.

Esta multiplicidade de vertentes teóricas e percepções sobre as mesmas, em nosso ponto de vista, consigna-se a um estágio de desenvolvimento da dimensão social onde, apesar do mandato universitário concedido ao CPA, da atuação da AAB e da experiência do Sistema de Arquivos da FGV, a produção do conhecimento arquivístico liderada pelo AN e ainda não encampada pelas universidades, desnuda uma disputa no campo científico entre os saberes que, em seus respectivos fazeres lidavam com documentos de arquivo e com a problemática de sua organização.

Por seu turno, o *Manual de Arquivo e Documentação* de Francelino Araujo Gomes e Hâmda Rodrigues Helluy (GOMES; HELLUY, 1976), profissionais ligados à área administrativa, permite-nos apreender outros elementos do pensamento sobre classificação de documentos de arquivo desta abordagem. Os autores introduzem seu ponto de vista associando a teoria da comunicação e informação de Shannon e Weaver e o processo de informação do relatório de Weinberg com a Documentação, sendo esta última compreendida como “[...] o tratamento da comunicação e informação não numérica em todas as suas fases” (GOMES; HELLUY, 1976, p. 6).

A influência teórica da Documentação e da Ciência da Informação acenada pelos autores é consubstanciada metodologicamente em outro momento, quando é ressaltada a necessidade de “[...] operar o arquivo segundo as normas universais e nacionais do arquivamento (UNESCO, ABNT, IBBD)” (GOMES; HELLUY, 1976, p. 18). Com estes fundamentos, Gomes e Helluy

(1976, p. 57-110) dedicam uma seção de seu livro à classificação, onde descrevem os aspectos positivos e negativos de métodos de arquivamento.

Algumas das fontes que Gomes e Helluy (1976) citam já foram analisadas anteriormente, como: Tavares (1944), Prado (1974) e Continolo (1975). Por outro lado, também é marcante a presença de autores do campo da Documentação. Uma edição atualizada da obra de Leroy (1945) consta na bibliografia do Manual, bem como textos de documentalistas europeus como Suzanne Briet, Samuel Clement Bradford e Paul Otlet.

Posteriormente, Ástrea de Moraes e Castro, arquivista da Câmara dos Deputados e personagem central na cessão mandato universitário ao curso de Arquivologia, sistematizaria um conjunto de reflexões com a coautoria de Andresa de Moraes e Castro e Danuza de Moraes e Castro Gasparian (CASTRO; CASTRO; GASPARIAN, 1985). Os dois volumes de *Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência* discorrem sobre princípios teórico-metodológicos da Arquivologia, bem como sobre a legislação arquivística brasileira e as ações pela desburocratização da administração pública em curso à época.

As autoras introduzem os conceitos de documento de arquivo e arquivo, assim como distinguem tacitamente o arquivamento e o seus métodos da ideia de classificação. Neste último aspecto, destacam a diferença entre a classificação do sigilo, do gênero dos documentos e dos documentos de arquivo propriamente ditos. Deste modo, Castro, Castro e Gasparian (1985, p. 90-102) defendem que a classificação de documentos de arquivo está relacionada às atividades e estruturas de uma instituição, e sob esse pressuposto argumentam a favor da elaboração de um código de classificação dos assuntos adotando a “técnica de Dewey”.

Ao apontar as relações entre a identificação, classificação e avaliação de documentos de arquivo, as arquivistas estipulam um procedimento de coleta de informações para a produção de códigos de classificação e tabelas de temporalidade que envolve a distribuição de formulário de levantamento da produção documental aos funcionários da instituição cujo arquivo se pretende tratar, onde sinalizam:

A rigor, esses funcionários não são capazes de preencher sozinhos, o formulário. A dificuldade, realmente é de que esses órgãos não possuem códigos de assuntos. Quando pedimos “**assuntos**” nos dão espécies de documentos. Não podemos elaborar uma Tabela de Temporalidade com espécies de documentos e sim com assuntos (CASTRO; CASTRO; GASPARIAN, 1985, p. 39-40, grifo das autoras).

A fala de Castro, Castro e Gasparian (1985) sugere que defronte a necessidade de implantação de programas de gestão de documentos na década de 1980, a reflexão teórica e conceitual sobre classificação teve algum lugar no pensamento das autoras, entretanto, a permanência de elementos metodológicos como a noção de assunto, que ocorre em detrimento do estudo da forma documental, delinea a presença de aportes da Biblioteconomia e Documentação no fazer e saber de uma classificação arquivística.

Definitivamente marcada pelas iniciativas de implantação do treinamento e ensino da profissão no Brasil, esta abordagem trouxe à discussão as definições de documento de arquivo e arquivo, bem como expôs os princípios classificatórios consensualmente aceitos na teoria arquivística. Entretanto, este processo de sistematização de uma construção teórica própria esbarrou na constância de práticas e vertentes teóricas já instrumentalizadas em literatura não arquivística, o que produziu um conjunto de produtos cognitivos que absorveram estas influências externas.

5 Abordagens com influências dos métodos funcional e tipológico

No âmbito ibero-americano as discussões sobre a formação profissional tiveram um impulso durante a Primeira Reunião Interamericana de Arquivos, evento realizado em Washington em 1961. Posteriormente, através das resoluções aprovadas na Reunião Técnica sobre o Desenvolvimento dos Arquivos realizada em julho de 1972, a Organização dos Estados Americanos (OEA) financiou a criação do curso de Organização de Arquivos na Escuela de Documentalistas de Madrid, coordenado pela arquivista espanhola Vicenta Cortés Alonso (CORTÉS ALONSO, 1985).

Heloísa Liberalli Bellotto, historiadora e arquivista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo foi uma das

participantes brasileiras do curso de Organização de Arquivos, oportunidade na qual teve contato com a perspectiva espanhola da Diplomática, disciplina que surgida na Idade Moderna e buscava elementos que comprovassem a autenticidade de documentos juridicamente relevantes. A vertente espanhola da Diplomática desenvolveu um instrumental de análise das formas documentais e sua relação com os atos administrativos, os chamados estudos de tipologia documental.

Bellotto (1982) trouxe a discussão teórica sobre tipologia documental ao Brasil ainda no início da década de 1980 e retomou a questão em outro escrito que data originalmente de 1990 (BELLOTTO, 2017). A autora visualiza o surgimento de uma nova Arquivologia que dilatava à época sua consolidação doutrinária, teórica e metodológica.

Neste sentido, Bellotto (2017) argumenta pela compreensão dos documentos de arquivo no seu contexto genético, isto é, do seu papel no funcionamento da instituição produtora. Para esta finalidade, o conceito de tipo documental é nuclear, sendo estipulado como a “[...] configuração que assume uma espécie documental de acordo com as informações nela contidas, determinadas pela atividade que as gerou” e, por seu turno, espécie se refere a “[...] configuração que assume o documento de acordo com a forma e a finalidade dos dados nele contidos” (BELLOTTO, 2017, p. 347).

Na classificação de documentos de arquivo, defende Bellotto (2017), os estudos de tipologia documental normatizam a adequação das séries às funções. Um dos campos empíricos desta perspectiva foi o Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo (SAUSP), que planejado a partir da década de 1980, publicou seu plano de classificação a partir desta metodologia em 1997, onde as funções da Universidade são elencadas e a classificação é auxiliada por um glossário de espécies documentais (LEITÃO; ROTOLO; SMIT, 2016).

A partir de outra perspectiva, Luís Carlos Lopes, professor dos cursos de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal Fluminense (UFF), também menciona a importância dos estudos de tipologia documental. Lopes (2013) sintetiza uma série de publicações que divulgaram suas reflexões teórico-metodológicas sobre a Arquivologia em *A Nova*

Arquivística na era da Modernização Administrativa, cuja primeira edição fora divulgada em 2000. O autor estabelece um diálogo com a Arquivística integrada canadense, assim como com matrizes teóricas da Ciência da Informação.

Lopes (2013, p. 323) defende “[...] um tratamento dos arquivos a partir das informações, e não dos documentos” e advoga por uma classificação intelectual e ideológica, cujo ponto de partida é o acúmulo de conhecimentos sobre a entidade produtora, isto é, sobre suas estruturas, atividades e funções. Em virtude disto, prossegue o autor, aplicam-se os conceitos de fundo, subfundo, série e subsérie na estratificação intelectual dos conjuntos orgânicos, tal processo, ainda para Lopes (2013), deverá ser integrado à uma avaliação ideotipológica, onde a identificação dos tipos documentais no momento da classificação subsidiará a valoração contínua das séries.

Ante o início do século XXI, a utilização do método de análise diplomática para fins classificatórios nos arquivos correntes reforçou a percepção da classificação enquanto função intelectual do saber arquivístico. Tal metodologia, utilizada conjuntamente com os princípios teóricos próprios da Arquivologia, sinalizou também uma diversidade de perspectivas dentro de uma mesma linha teórica onde Lopes (2013) privilegia o tratamento das informações contidas nos documentos, enquanto Bellotto (2017) reforça a necessidade do estudo de espécies e tipos documentais, sendo ambos favoráveis ao uso de referenciais da tipologia documental na classificação.

Por outro lado, em 1996 o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) publicou a primeira versão do seu Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividade-meio (CCDA)⁴. Tal instrumento, como observou Sousa (2004, p. 54-55), parte da noção de uma estrutura comum à completude dos órgãos da administração pública para então, sob a denominação genérica de “assuntos”, estabelecer diferentes princípios de hierarquização em sua construção intelectual como por exemplo, atrelando os assuntos às espécies, tipos documentais e estruturas do sujeito produtor, incorrendo em imprecisão metodológica que, diferente dos estudos que partem das análises da forma documental e suas relações funcionais, obscurece a

compreensão das razões que presidiram a produção documental de determinado órgão.

6 Considerações finais

A classificação de documentos de arquivo, quando pensada de forma retrospectiva, como lembrou-nos Sousa (2006b, p. 120) reflete o “clima epistemológico” de sua época. Considerando os desafios da pesquisa, como por exemplo a quantidade limitada de obras passíveis de análise nos limites de um artigo científico, certamente publicações relevantes não foram incorporadas, mas cientes desse quadro elegemos monografias que poderiam sintetizar o ideário teórico e metodológico de outras dentro de uma mesma abordagem.

Ao esquadrihar parte do percurso e dos percalços de uma institucionalização cognitiva arquivística a partir da ótica classificatória, percebe-se que a compreensão de classificação e arquivamento como sinônimos de uma mesma operação física se inicia quando o aspecto mais importante da organização dos documentos de arquivo era a recuperação das informações contidas nos mesmos, isso ocorre, sobretudo, em um contexto embrionário de planejamento das administrações pública e privada no Brasil.

Posteriormente, no lastro de um novo modelo de Estado que postulava o desenvolvimento econômico como norte o qual aludiu Arrighi (1996), é possível visualizar nos arquivos a busca por aportes teóricos distintos como aqueles oriundos da Documentação e O&M, deste modo, a divulgação dos princípios teóricos arquivísticos coexistiu com a presença de preceitos de outras disciplinas científicas, ganhando rigor metodológico com a interlocução e ressignificação da Diplomática em curso na década de 1980.

Financiamento

Esta pesquisa foi financiada com o auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRASIL. Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, ed. 36, p. 74, 20 fev. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Tipologia Documental em arquivos: novas abordagens. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 347-363.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Tipologia Documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, n.195, p. 9-17, 1982.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Dicionário de terminologia arquivística**. 3. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2012.

BRENNEKE, Adolf. **Archivística**: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea. Milano: Editore Dott. Antonio Giuffrè, 1968.

CARVALHO, Ernani Macedo de. **Manual de classificação e arquivamento de papéis e documentos commerciaes e civis**. São Paulo: São Paulo Editora, 1931.

CASTELLO BRANCO, Pandiá Tautphoeus Hermann. **Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938)**: o Arquivo no Império. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.

CASTRO, Ástrea de Moraes; CASTRO, Andressa de Moraes; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência**. Brasília: ABDF, 1985.

CONTINOLO, Giuseppe. **Como organizar o arquivo**. 2. ed. Lisboa: Martins Fontes Editora, 1975.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. **Diez años de cooperación Archivística iberoamericana**. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1985.

DANNEMANN, Maria Luiza Stallard. **Técnica de arquivo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun., 2010.

GOMES, Francelino Araújo; HELLUY, Hâmida Rodrigues. **Manual de Arquivo e Documentação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1976.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história**. Rio de Janeiro, 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-graduação em Memória Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A documentação no Brasil: primórdios de sua inserção no país (1895-1920). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 271-284, jan./jun., 2016.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello; ROTOLO, Eliana; SMIT, Johanna Wilhelmina. Sistema de arquivos USP e o paradigma da descentralização: relato de experiência. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-7, out., 2016.

LEROY, Thérèse. **La technique du classement – méthodes et applications pratiques**. Paris: Guy Le Prat, 1945.

LODOLINI, Elio. Rassegna di “Giuseppe Continolo. Come organizzare l’archivio”. **Rassegna degli archivio di Stato**, Roma, v. XXIV, n. 1, p. 132-133, gennaio-aprile, 1964.

LOPES, Luis Carlos. **A nova Arquivística na Modernização Administrativa**. 3. ed. Brasília: Annabel Lee, 2013.

LOPES, Luiz Simões. Documentação administrativa. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. III, n. 3, p. 5-7, set., 1943.

MADY, Jacqueline; PÉROTIN, Yves; RIGAULT, Jean. Le classement et la cotation. In: ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS (org.). **Manuel D’Archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France**. 2. ed. Paris: Archives Nationales, 1991, p. 187-242.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. **La construcción teórica en Archivistica: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1996.

MILLER, Henry. **Organização e métodos**. Rio de Janeiro: FGV, 1955.

MOREIRA, Aluizio Xavier. Documentação administrativa. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. II, n. 3, p. 62-64, 1950.

PARLEMITI, Rosalba; POLITY, Yolla. Dynamiques de l'institutionnalisation sociale et cognitive des sciences de l'information. In: BOURE, R (ed). **Les origines des Sciences de l'information et de la communication: regards croisés**. Paris: PUS, 2002. p. 95-123.

PRADO, Heloísa Almeida. **A técnica de arquivar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1974.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 121-146, 2018.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Entrevista com Marilena Leite Paes. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 11-29, 14 dez. 2020.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Notas sobre a institucionalização da Arquivologia no Brasil (1958-1978). In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Orgs.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mobile, 2012, p.114-126.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação de documentos arquivísticos: a trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, ago./dez., p.120-142, 2006a.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O código de classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação. **Revista do Arquivo de Rio Claro**, São Paulo, n. 2, p. 26-69, 2004.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. *et al.* O uso do código de classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 19-37, 2006b.

TAVARES, Álvaro. **Manual prático e teórico do arquivista**. Rio de Janeiro: Gráficas Bloch, 1944.

VENANCIO, Renato Pinto. Uma trajetória interrompida: o Arquivo Nacional na legislação republicana, 1889-1937. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 59-76, jul./ dez., 2013.

VIANNA, Mario Gonçalves. **Elementos de Arquivologia e de Classificação**. Porto: Tipografia Porto Médico, 1948.

VICENS CARRIÓ, Jaime. **Tratado de clasificación y archivo**. Barcelona: Editorial Labor, 1946.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. Processos de informação na Administração. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 81, n. 23, p. 201-222, 1958.

Approaches and theoretical influences over records classification during the XX century in Brazil

Abstract: The purpose of this article was to analyze the theoretical and methodological fundamentals of the records classification, from a historical perspective in Brazil during the XX century. Although this archival function are continually stressed out as a main operation in archival practice, just a few researches concerned itself to outline great theoretical transformations that lead the practice in Brazil during this time. Thus, the starting issue was: “which theoretical influences and approaches outlined the records classification in Brazil during the XX century?” Insofar as this research holds a qualitative nature, so it proceeds to recognize the records classification relevance both to physical organization and as central element to capture theoretical transformations in archival practice. Subsequently it proceeds to bibliographical research of Brazilian and International books that circulated in Brazil and dealt with records classification of which it identified some theoretical influences from Organization and Methods, Library Science, Documentation, Archival Science and Diplomatics. The results suggests the existence of four great approaches in this scenario. A first one strongly influenced by a relation of equivalence between records classification and filing, a second one with major Documentation influence, a third one with some evidence of archival theory influence and a fourth approach concerned with Records Type Analysis and Diplomatics. Then it concludes that records classification practice suffered a multitude of theoretical influences until the late 1950 decade, when it occurred an archival theory influence endorsed with Diplomatics and Records Type Analysis fundamentals influence.

Keywords: Archival Science; History of archival science; Archival thinking; Archives classification; Records classification

Recebido: 04/10/2021

Aceito: 17/01/2022

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Paulo José Viana de Alencar e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

Coleta de dados: Paulo José Viana de Alencar e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

Análise e interpretação de dados: Paulo José Viana de Alencar e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

Redação: Paulo José Viana de Alencar e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

Revisão crítica do manuscrito: Paulo José Viana de Alencar e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt.

Como citar:

ALENCAR, Paulo José Viana de; SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Abordagens e influências teóricas na classificação de documentos de arquivo no Brasil ao longo do século XX. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, e-119027, jul./set. 2022. <https://doi.org/10.19132/1808-5245283.119027>



-
- 1 Atualmente define-se classificação como a “Sequência de operações que de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam distribuir os documentos de um arquivo” (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p. 30).
 - 2 Atualmente define-se arquivamento como a “Conjunto de operações de acondicionamento e armazenamento de documentos” (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p. 21).
 - 3 Foram arguidos os seguintes ministérios nesta fase da pesquisa de Wahrlich (1958): Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério da Viação e Obras Públicas, além do DASP.
 - 4 Atualizado através da Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2020 do Arquivo Nacional. (BRASIL, 2020).